

ALVARA

10.2.1756





U ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-me presente, que na Meza do Paço da Madeira se duvida dar livres dos Direitos da dizima as madeiras, que entraõ pela Fóz, vindo por conta, e risco dos moradores de Lisboa, e sendo transportadas dos meus Dominios por embarcaçoens proprias dos meus Vassallos, fundando-se a referida duvida, em que a graça, e mercê, que fui servido conceder no meu Real Decreto de vinte e nove de Novembro, e Alvará de vinte e dous de Maio proximos passados, indistinctamente se refere ao favor permittido no despacho das madeiras pertencentes á Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, a qual pelo Capitulo trinta e hum das suas instituçoens he isenta, sem distincão alguma, dos Direitos da siza sómente: Sou servido declarar, que a graça concedida á sobredita Companhia Geral, em quanto isenta ás madeiras de siza sómente, se deve entender daquellas, que vierem destinadas para se venderem nestes Reinos; por quanto as madeiras, que vierem por conta, e risco dos moradores de Lisboa, ou de quaesquer outros Vassallos meus, para o gasto das suas obras, e que tiverem proporção com o consumo della, sem excessso, nem dolo, seraõ isentas de todos os Direitos, e pensoens, da mesma fórma, que pelo Regimento do Paço da Madeira no Paragrafo segundo do Capitulo onze o foraõ sempre, as que se transportaõ do Ribatêjo, e Banda d'Além, nas referidas circumstancias, e nesta mesma conformidade sou outro-sim servido, que respectivamente se entendaõ o meu sobredito Real Decreto de vinte e nove de Novembro, e Alvará de vinte e dous de Maio proximos passados.

Pelo que mando aos Védores da minha Real Fazenda Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, e Casa do Porto, Governador, e Capitão General do Reino do Algarve, e mais Ministros, Officiaes, e Pelloas, a quem pertencer, que cumpraõ; e guardem, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, este meu Alvará. O qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante quaesquer Regimentos, Or-

dens

dens, ou Disposições contrarias, que todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E este se registará em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Leis, mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Escrito em Belem, a dez de Setembro de mil setecentos cincoenta e seis.

REY.

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

A Lvará com força de Lei, porque Vossa Magestade be servido declarar, que a graça concedida á Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, em quanto isenta as madeiras de Siza, sómente se deve entender daquellas, que vierem destinadas para se venderem nestes Reinos: E quanto ás madeiras, que vierem por conta, e risco dos moradores de Lisboa, ou de quaesquer outros Vassallos destes Reinos, para o gasto das suas obras, e que tiverem proporção com o consumo dellas, sem excessso, nem dolo, sejam isentas de todos os Direitos, e pensoens, da mesma fôrma, que pelo Regimento do Paço da Madeira, o foraõ sempre conforme o Paragrafo segundo do Capitulo onze.

Para Vossa Magestade ver.

Joseph Thomás de Sá o fez.

Registado a fol. 40. vers.

